



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO – PROCESSO N.º 015978/2025

RECURSO: METAL SERVICE EQUIPAMENTOS E MANUTENÇÃO LTDA

CONTRARRAZÃO: Não houve.

Referente à:

PROCESSO LICITATÓRIO ADMINISTRATIVO N.º 06812/2025 (Flowdocs)

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 013/2025

DATA DA ABERTURA: 10 de Novembro de 2025

HORÁRIO: 10:00

O procedimento licitatório está sendo realizado na forma **ELETRÔNICA**, pela Plataforma BLL Compras, endereço: <https://bllcompras.com>.

DO OBJETO:

Constitui objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE 12 PONTOS DE ÔNIBUS, em conformidade com as especificações contidas no edital e anexos.

Inicialmente informo que o procedimento licitatório foi realizado na modalidade na modalidade *PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL PARA REGISTRO DE PREÇO*, na forma ELETRÔNICA, nos termos do Decreto Municipal n.º 3.847 de 12 de junho de 2024, na Lei Federal n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas posteriores alterações e Lei Complementar Federal n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e anexos. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 21/10/2025, no jornal de grande circulação (Jornal O Dia) em 22/10/2025, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>, PNCP, Portal da transparência e Plataforma BLL Compras.

DA TEMPESTIVIDADE:

- O recurso foi interposto, dentro dos prazos legais, portanto tempestivo, pela empresa METAL SERVICE EQUIPAMENTOS E MANUTENÇÃO LTDA.
- **Não houve apresentação de contrarrazões.**

O recurso foi anexado na Plataforma BLL Compras (site: <https://bllcompras.com/>) e protocolado nesta Prefeitura sob n.º 015978/2025 (Flowdocs). Sendo considerado os prazos do julgamento do presente processo o Art. 165, I e II, da Lei n.º 14.133/2021.

DO INICIAL:

A Agente de Contratações deste Município, instituída pela Portaria n.º 0396/2025, referente ao Pregão Eletrônico n.º 013/2025, julga e responde o recurso interposto pela empresa METAL SERVICE EQUIPAMENTOS E MANUTENÇÃO LTDA, inconformada com a decisão de inabilitação proferida pela Pregoeira do certame em epígrafe.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

Dispõe a lei em seu Art. 5º da lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 diz: “Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo (...)”.

DO RECURSO APRESENTADO:

No recurso, a RECORRENTE, METAL SERVICE EQUIPAMENTOS E MANUTENÇÃO LTDA, alega que:

- Todos os documentos exigidos teriam sido anexados no campo “outros documentos” do sistema BLL Compras, incluindo:
 - 1- Certidão de Acervo Técnico – CAT;
 - 2- Atestados de capacidade técnica;
 - 3- Certidão de Responsabilidade Técnica de Pessoa Jurídica (CREA-SP);
 - 4- Contrato com responsável técnico
- Alega que a certidão do CREA-SP comprovaria o registro da empresa e o vínculo do responsável técnico, sendo suficiente para o cumprimento do item 9.12.1.1 do edital.
- Contesta o argumento da pregoeira de que o contrato particular com o responsável técnico estaria expirado, afirmando que o vínculo permaneceria ativo no CREA enquanto não houvesse baixa formal.
- Aponta que, mesmo após contestar via chat no dia 10/11/2025, a pregoeira manteve a inabilitação em 12/11/2025.
- Aponta supostas inconsistências no tratamento conferido aos outros licitantes, alegando que estes teriam recebido prazos adicionais e análises mais extensas para complementação de documentos, enquanto a METAL SERVICE não teria obtido igual oportunidade.
- Nos fundamentos jurídicos invocados pela RECORRENTE a empresa defende que:

A certidão do CREA-SP prevaleceria sobre o contrato particular - Segundo Resolução CONFEA nº 1.025/2009, o documento oficial para comprovação de vínculo técnico é a certidão emitida pelo conselho, e não o contrato particular. Assim, considera irregular a decisão que teria se baseado na data de expiração contratual.

Haveria, segundo o Recorrente, violação ao dever de diligência, citando o “art. 66” 9ARTIGO ERRADO) da Lei 14.133/2021, alegando que a pregoeira deveria ter feito diligência para verificar a renovação do vínculo técnico, ou a confirmação direta no site do CREA.

Suposta violação ao princípio da isonomia - A empresa afirma que outras licitantes receberam prazos, suspensões e flexibilizações que não foram concedidos à recorrente (ex.: Jefferson Plácido Engenharia e Ananias Garrido Ramos EIRELI).

Cita julgados do TCU sobre a obrigatoriedade de diligência quando o vício for sanável; e sobre a anulação de atos quando a Administração adota postura desigual entre licitantes.

Nos seus pedidos a RECORRENTE solicita:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

- a) a anulação da decisão que a inabilitou e o reconhecimento de sua habilitação no certame com sua proposta vencedora;

ou

- b) subsidiariamente, que a pregoeira seja intimada para prestar esclarecimentos sobre as irregularidades alegadas, sob pena de responsabilização pessoal nos termos do art. 178 da Lei nº 14.133/2021.

DO CONTRARRECURSO APRESENTADO:

Não houve apresentação de contrarrazões.

DO JULGAMENTO:

Observados os ritos legais, o recurso apresentado, antes da manifestação desta Pregoeira, necessário se faz enviá-la ao órgão requisitante, neste caso, o Setor Técnico da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transporte, para manifestação, e, após, à Procuradoria Geral do Município para análise e parecer.

Segue parecer (parte final) da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transporte:

Informo que a Secretaria solicitante apresentou a seguinte resposta em evento #2 do processo administrativo nº 015978/2025, quanto ao recurso e contrarrazão apresentados:

“Diante da análise realizada, verifica-se que a recorrente não atendeu às exigências previstas no item 9.12.1.1 do edital, uma vez que deixou de apresentar as certidões referentes ao registro da pessoa jurídica e o registro do profissional responsável junto ao CREA. Ressalte-se que esta Secretaria inabilitou a empresa precisamente pela não apresentação dos documentos exigidos no referido item, requisito indispensável para a habilitação. Considerando o descumprimento objetivo das normas editalícias e a necessidade de observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, opino pelo indeferimento do recurso apresentado pela empresa METAL SERVICE EQUIPAMENTOS E MANUTENÇÃO LTDA.”

Faço constar que o parecer completo do Setor Técnico da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transporte será disponibilizado na íntegra na aba “arquivos” na plataforma BLL Compras.

Segue parecer (parte final) da Procuradoria Geral do Município:

“Dessa forma, a Pregoeira observou estritamente as regras constantes do edital quanto à habilitação técnico-profissional e operacional da empresa, não havendo se falar em ato ilegal praticado.

Diante do exposto, no mérito, opino pelo indeferimento do recurso”.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

Faço constar que o parecer completo da Procuradoria Geral do Município será disponibilizado na íntegra na aba “arquivos” na plataforma BLL Compras.

Considerações desta Pregoeira:

Após analisar o recurso interposto pela empresa METAL SERVICE EQUIPAMENTOS E MANUTENÇÃO LTDA, e, levando em consideração a manifestação emitido pelo setor técnico requisitante, a Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transporte, bem como parecer da pela Procuradoria Geral do Município, passo ao julgamento final do presente recurso.

Observa-se que o recurso administrativo interposto pela empresa METAL SERVICE EQUIPAMENTOS E MANUTENÇÃO LTDA, deve-se a decisão de inabilitação proferida pela Pregoeira do certame em epígrafe.

Em breve síntese, o recurso da RECORRENTE, empresa METAL SERVICE EQUIPAMENTOS E MANUTENÇÃO LTDA, se concentra basicamente em argumentar que as certidões do CREA-SP anexadas seriam suficientes para cumprir o item 9.12.1.1 do edital, sustentando que havia registro ativo da empresa e do responsável técnico, independentemente da validade do contrato particular. A empresa também alega falta de diligência por parte da pregoeira e suposta quebra de isonomia em comparação com outros licitantes.

Entretanto o recurso não se debruça diretamente sobre o ponto objetivo da inabilitação: a ausência explícita, no sistema, das certidões exigidas no item 9.12.1.1 do edital, que deveriam ter sido apresentadas de forma clara e individualizada — e não por meio de documentos indiretos ou complementares.

A discussão recursal, portanto, não versa sobre avaliação técnica do conteúdo das certidões, mas sim **sobre a não apresentação dos documentos exigidos, de forma clara, individualizada e inequívoca, no campo próprio da habilitação.**

Diz o edital do Pregão Eletrônico nº 013/2025:

9.12.1. Conforme item 7 do termo de referência, para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos comprobatórios:

9.12.1.1. Certidões de registro da empresa (pessoa jurídica) emitidas pelo respectivo Conselho de Classe (CREA ou CAU), válidas na data prevista para entrega dos envelopes, bem como a certidão de registro do profissional responsável (pessoa física), também válida e devidamente registrada no CREA ou CAU;

9.12.2. A não apresentação, ou a apresentação de forma incompleta ou irregular, dos documentos exigidos poderá ensejar a inabilitação da licitante.

Percebe-se, de forma inequívoca, que os únicos documentos técnicos exigidos pelo edital são aqueles expressamente elencados no item 9.12.1, os quais **não foram apresentados pela RECORRENTE**. Ressalta-se, ainda, que o próprio instrumento convocatório, em diversos outros dispositivos, estabelece que a ausência de documentos obrigatórios constitui motivo suficiente para a **inabilitação do licitante**. Vejamos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

5.1.2. *Caso o Licitante NÃO apresente por meio do sistema e no ato e em conformidade com o item 4.1, todos os documentos de habilitação exigidos neste edital, ou ausente algum documento, este será declarado INABILITADO no momento oportuno.*

9.15. *Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital e seus Anexos.*

Importante informar um breve resumo das informações constantes do chat do “Mensagens do processo”: A sessão do pregão teve início em 10/11/2025, às 10:01h, com a abertura da fase de disputas. Ao longo da manhã, a Pregoeira comunicou aos licitantes que seriam emitidos avisos importantes e que a sessão seria retomada posteriormente. As 13:56:43h a Pregoeira informa que o retorno da Sessão será às 15 horas. As 15:02h, a Pregoeira informou a inabilitação da empresa THIAGO SANTINELLI – ME, devido ao descumprimento do item 9.12.1.1 do edital, consistente na não apresentação das certidões de registro da empresa e do responsável técnico junto ao CREA/CAU. A sessão foi paralisada às 15:16.

No dia 12/11/2025, às 11:03:03h a Sessão é retomada para avisos, e a Pregoeira complementou que o contrato de prestação de serviços técnicos apresentado pela empresa com o profissional Bruno de Oliveira Ribeiro estava expirado, pois tinha validade de 12 meses contados de 15/10/2024, não havendo, portanto, vínculo técnico vigente. Assim, manteve-se a inabilitação. As 11:04:05h, a Pregoeira também registrou que, apesar da manifestação da empresa alegando ter apresentado toda a documentação, a análise conjunta com o Setor Demandante confirmou que **não houve atendimento ao item 9.12.1.1**, pois as certidões obrigatórias **não foram encontradas**. Diante disso, a **empresa permaneceu inabilitada** por descumprimento das exigências editalícias.

Importa esclarecer, quanto à alegação da RECORRENTE, de que esta Pregoeira teria violado o **Princípio da Isonomia** ao realizar suposta análise desigual dos documentos — de forma “superficial e rápida” para a própria RECORRENTE e, em sentido oposto, com “prazos estendidos” para outras empresas — que tal afirmação não corresponde aos fatos.

A RECORRENTE sustenta que, para a empresa **ANANIAS GARRIDO RAMOS EIRELI** e outro licitante (JEFFERSON PLÁ CIDO ENGENHARIA LTDA ME), teriam sido concedidos prazos adicionais, mencionando especificamente as datas de 17/11/2025 (48 horas), 19/11/2025 (prorrogação até 24/11/2025) e 27/11/2025, culminando em habilitação naquela última data, após envio de documentos complementares em 19/11/2025, 26/11/2025 e 27/11/2025.

O que a RECORRENTE deixa de esclarecer em seu recurso — e que é essencial para a correta compreensão dos fatos — é que o prazo de **48 (quarenta e oito) horas** concedido à empresa então previamente vencedora, **ANANIAS GARRIDO RAMOS EIRELI**, referia-se **exclusivamente** à apresentação da **GARANTIA ADICIONAL**, nos termos do item 8.7.2 do edital, ou à manifestação justificada de necessidade de prazo maior, tendo em vista que a emissão desse tipo de garantia demanda tempo adicional por parte do licitante.

A RECORRENTE igualmente omite que, dentro desse mesmo prazo, a empresa deveria anexar a proposta atualizada e os demais documentos readequados, tais como: planilha orçamentária com demonstrativo de composição do BDI, cronograma, memória de cálculo, e readequação dos valores unitários do lote. Soma-se a isso o fato de esta Pregoeira ter informado



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

que os dias 20 e 21 de novembro de 2025 foram considerados feriados/pontos facultativos no Município, afetando diretamente o período útil para atendimento das exigências.

Registre-se, ainda, a solicitação apresentada pelo PARTICIPANTE 931 **(ANANIAS GARRIDO RAMOS EIRELI)**, em 19/11/2025, às 11:51:12h, nas “mensagens do lote” — acessíveis a todos os licitantes — nos seguintes termos:

“Boa tarde, Sr. Pregoeira. Informo que, na data de hoje, encaminhei parte dos documentos solicitados. Contudo, venho respeitosamente requerer a concessão de um prazo adicional para a apresentação da Garantia Adicional, uma vez que dependemos de terceiros para sua emissão. Destaco ainda que, em razão do feriado nesta semana, o tempo necessário para a obtenção do referido documento tende a ser superior ao usual. Agradeço antecipadamente pela atenção e compreensão.”

A RECORRENTE alega que:

“A inabilitação por “contrato expirado” é irregular, pois a Certidão de Responsabilidade Técnica de Pessoa Jurídica nº CI-3659584/2025, emitida em 23/06/2025 pelo CREA-SP, comprova o registro ativo da empresa (nº 2571442) e o vínculo do responsável técnico Bruno de Oliveira Ribeiro (CREA-SP nº 5069455100) desde 23/10/2024, válida até alterações cadastrais no conselho, conforme consta no documento”. E ainda:

“O edital (página 23, item 7 do Termo de Referência) exige certidões “válidas na data prevista para entrega dos envelopes” (10/11/2025), e a certidão atende, prevalecendo sobre o contrato particular, conforme Resolução CONFEA nº 1.025/2009. A expiração do contrato em 15/10/2025 não foi registrada como alteração no CREA-SP, mantendo a certidão válida na data da abertura do certame (10/11/2025)”.

É indiscutível que a Certidão de Responsabilidade Técnica de Pessoa Jurídica nº CI-3659584/2025 apresentada pela licitante não atende ao que foi expressamente exigido no edital.

Vejamos o documento apresentado pela empresa:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP



CERTIDÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DE PESSOA JURÍDICA

Número da Certidão: CI - 3659584/2025

CERTIFICAMOS, constar em nome da pessoa jurídica abaixo citada, anotações de responsabilidade técnica do(s) profissional(is) a seguir discriminado(s).

CERTIFICAMOS, mais, que a presente certidão perderá a sua validade caso ocorrer qualquer modificação nos dados cadastrais nela contidos, após a data de sua expedição.

Razão Social: THIAGO SANTINELLI
Número de registro no CREA - SP: 2571442
Data do registro: 23/10/2024
Processo (Sipro): -*.*.*.*
Processo (SEI): -*.*.*.*

Responsabilidade Técnica Ativa:

Nome: BRUNO DE OLIVEIRA RIBEIRO
Títulos: ENGENHEIRO CIVIL
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO
Origem do Registro: CREA-SP
Número do Registro (CREASP): 5069455100 (Registro Ativo)
Registro Nacional: 2614139858
Data de início da responsabilidade técnica: 23/10/2024

Esta certidão não quita nem invalida qualquer débito ou infração em nome da empresa e/ou profissional(is), e perderá sua validade caso ocorram quaisquer alterações em seus dados acima descritos.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à competente ação penal e/ou processo ético respectivo.

A autenticidade desta certidão deverá ser verificada no site: www.creasp.org.br

Código de controle da certidão: 8fac931e-da8b-42f4-a7c7-e171a621cc66

Situação cadastral extraída em: 23/06/2025 14:58:20

Emitida via Serviços Online.

Página 01



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP



CERTIDÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DE PESSOA JURÍDICA

Continuação da Certidão: CI - 3659584/2025 Página 02

Em caso de dúvidas, consulte 0800-0171811, ou o site www.creasp.org.br, link Atendimento/Fale Conosco ou ainda através da unidade UOP RIBEIRÃO PIRES, situada à Rua: FELIPE SABBAG, 200, LOJAS 18C E 22C 3º PISO - GARDEN SHOPPING RIBEIRÃO PIRES, CENTRO, RIBEIRÃO PIRES-SP, CEP: 09400-130, ou procure a unidade de atendimento mais próxima.

SÃO PAULO, 23 de Junho de 2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

A própria Certidão apresentada pelo licitante consta a informação de que: “Esta certidão não quita nem invalida qualquer débito ou infração em nome da empresa e/ou profissional(is), e perderá sua validade caso ocorram quaisquer alterações em seus dados acima descritos”. **O que isso quer dizer?**

Que a certidão não tem efeito de quitar dívidas ou cancelar infrações. e mesmo que o documento exista, a empresa ou o profissional pode ter débitos ou infrações pendentes, porque essa certidão não serve para isso.

A certidão apresentada pelo licitante foi emitida em 23/06/2025 e perde a validade se houver qualquer alteração nos dados mencionados nela, como por exemplo, mudança de razão social, endereço, inscrição, situação cadastral, ou qualquer informação constante da própria certidão.

Resumidamente, a Certidão só comprova a situação informada naquele momento, não resolve pendências e deixa de valer se os dados mudarem. Importante ressaltar que a Certidão nº CI - 3659584/2025, foi emitida pela Razão Social: THIAGO SANTINELLI em 23/06/2025.

Vejamos parte do documento que a empresa **deveria ter apresentado**:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP



CERTIDÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL E QUITAÇÃO

Número da Certidão: CI - 3659584/2025

Válida até: 31/03/2026

CERTIFICAMOS, a requerimento da parte interessada e para os devidos fins que, fazendo rever os arquivos deste Conselho, foi verificado constar que o profissional abaixo mencionado se encontra registrado neste CREA-SP, nos termos da Lei nr. 5.194, de 24 de dezembro de 1966, conforme dados abaixo. Certificamos, ainda, face ao estabelecido no artigo 68 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-SP.

Nome: THIAGO SANTINELLI

Número de registro no CREA-SP: 123456789
Registro Nacional do Profissional: 123456789

Expedido em: 02/09/2024
(Data de registro no CREA-SP)

CPF: 123.456.789-00

Endereço: Rua ABC, 123 - Centro - São José do Vale do Rio Preto/SP

Diante das informações constantes na Certidão nº CI - 3659584/2025 verifica-se que a Certidão de Responsabilidade Técnica apresentada pela empresa em 23/06/2025 perdeu sua validade, uma vez que o próprio documento estabelece que deixará de ser válido caso ocorram alterações nos dados nele informados. Constatou-se que o ato constitutivo com alteração de nome empresarial foi autenticado pela JUCESP em 17/07/2025, ou seja, após a emissão da certidão,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

modificando dados essenciais da pessoa jurídica. Assim, a certidão não reflete mais a situação atual da empresa e encontra-se invalidada.

Alega a RECORRENTE que “A Lei nº 14.133/2021, art. 64, §1º, considera certidões válidas até 180 dias após emissão se não houver vencimento explícito, e a jurisprudência do TCU aceita documentos com validade formal na data de apresentação da proposta, mesmo com expiração posterior, **se sem prejuízo à isonomia** (Acórdão nº 1.211/2021-TCU-Plenário)”.

Alega a RECORRENTE (item 2) que a “Pregoeira violou o art. 66 da Lei nº 14.133/2021 ao não realizar diligência para sanar falhas formais, como solicitar comprovação de renovação do vínculo ou verificação direta no site do CREA-SP (www.creasp.org.br), apesar das contestações da Recorrente em 10/11/2025 e 12/11/2025.

Alega a RECORRENTE que a “alegação de “não localização” ignora os documentos anexados em 10/11/2025 no campo “outros documentos”, ferindo o dever de motivação detalhada (art. 8º da Lei nº 14.133/2021).

Muito provavelmente, a RECORRENTE equivocou-se na interpretação dos dispositivos citados nos três parágrafos anteriores, pois os Art. 64, §1º, Art. 66 e Art. 8º, da Lei nº 14.133/2021, tratam de matéria diversa daquela por ela alegada nos parágrafos.

A interpretação conferida pela Lei nº 14.133/2021 é objetiva e não deixa margem a dúvidas. Vejamos:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I – Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;*
- II – Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.*

O inciso I do art. 64 é categórico: a diligência só pode ser utilizada para complementar informações de documentos já apresentados, não sendo possível suprir a ausência de documentos exigidos no edital. No caso em exame, os documentos técnicos previstos no item 9.12.1 do edital não foram apresentados pela RECORRENTE, situação que impede qualquer atuação saneadora pela via da diligência.

Diante disso, impõe-se o questionamento: diligenciar em relação a qual documento, se o requisito sequer foi inicialmente atendido?

O recurso da METAL SERVICE METAL SERVICE EQUIPAMENTOS E MANUTENÇÃO LTDA se concentra basicamente em argumentar que as certidões do CREA-SP anexadas seriam suficientes para cumprir o item 9.12.1.1 do edital, sustentando que havia registro ativo da empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

e do responsável técnico, independentemente da validade do contrato particular. A empresa também alega falta de diligência por parte da pregoeira e suposta quebra de isonomia em comparação com outros licitantes.

Contudo, o recurso não se debruça diretamente sobre o ponto objetivo da inabilitação: a ausência explícita, no sistema, das certidões exigidas no item 9.12.1.1 do edital, que deveriam ter sido apresentadas de forma clara e individualizada — e não por meio de documentos indiretos ou complementares.

O edital é cristalino em seu comando. Vejamos:

9.1. Todos os documentos de Habilitação constante neste tópico (ITEM 9) DEVERÃO, OBRIGATORIAMENTE, ser anexados e apresentados no ato do cadastro da proposta, em conformidade com o item 5.1. Não será aberto prazo e ou oportunidade para apresentação de documentos de habilitação em outro momento do certame, salvo os casos previstos para regularização de documentos apresentados com restrição pelas empresas consideradas ME/EPP/MEI.

O item 9.12.1.1 do edital não foi apresentado, tratando-se de documento autônomo, específico e obrigatório, não admitindo substituições.

Importa destacar que, para o julgamento do recurso apresentado, esta Pregoeira fundamentou sua decisão nas informações técnicas emitidas pelo setor demandante, considerando a complexidade dos argumentos e documentos trazidos pela recorrente, bem como a competência específica desses setores sobre o objeto licitado.

Não há que se falar em ausência de diligência ou de verificação no site do CREA-SP, pois o documento não foi apresentado, o que inviabiliza qualquer medida saneadora, em razão do princípio da vinculação ao instrumento convocatório e da preclusão processual.

Conforme previsto no edital, a não apresentação, no sistema e no momento oportuno, de todos os documentos de habilitação exigidos, nos termos do item 4.1, implica necessariamente a inabilitação do licitante.

Ressalte-se que o edital constitui a lei interna da licitação, vinculando tanto a Administração quanto os licitantes, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Ademais, os arts. 66 e 67 do mesmo diploma legal estabelecem que a habilitação jurídica e técnica deve ser comprovada mediante documentos expressamente previstos, não sendo possível à Administração flexibilizar ou ampliar tais condições sem prévia alteração formal do instrumento convocatório.

Diante disso, e conforme evidenciado nos pareceres técnico e jurídico, a documentação apresentada pela empresa não atende integralmente às exigências editalícias, razão pela qual não há respaldo legal para o acolhimento do recurso.

DA DECISÃO

Ante o exposto, esta Pregoeira/Agente de Contratação, que tem o dever de cumprir o que lhes foi determinado em ato convocatório, especialmente as atribuições que lhe são conferidas, através da Comissão de Equipe de Apoio do Pregoeira/Agente de Contratação, nomeada pela Portaria



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

G.P. nº 396 de 31 de julho de 2025, **INFORMA** que em referência as alegações apresentadas e da análise realizada nas razões e por todo o exposto dos autos, **DECIDE**:

CONHECER o recurso interposto feito pela empresa **METAL SERVICE EQUIPAMENTOS E MANUTENÇÃO LTDA**.

ACATAR, o parecer por parte do Setor demandante, a Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transporte, bem como, parecer da Procuradoria Geral do Município, diante das informações apresentadas, tendo em vista que são os responsáveis pela elaboração e confecção das documentações para elaboração do edital, valendo-nos de seus argumentos a nossa reposta ao recurso e contrarrazões interpostos.

OPINAR, pelo **INDEFERIMENTO** do recurso administrativo interposto pela empresa **METAL SERVICE EQUIPAMENTOS E MANUTENÇÃO LTDA**, julgando-o improcedente e mantendo-se a decisão que classificou e habilitou a empresa **ANANIAS GARRIDO RAMOS EIRELI** no Pregão nº 013/2025, por estar sua proposta em conformidade com o edital, a legislação vigente e o parecer técnico da Secretaria demandante;

Faço constar que a decisão desta pregoeira baseia-se nos argumentos técnicos apresentados pela Secretaria demandante e argumentos jurídicos apresentados pela Procuradoria Geral do Município.

DETERMINAR o encaminhamento dos autos à autoridade superior, Gabinete do Exmo. Sr. Prefeito, para deliberação.

APÓS, que a resposta seja disponibilizada na plataforma BLL Compras, e seja publicada nos veículos de comunicação: Diário Oficial do Município, portal da transparência e PNCP, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

É a decisão.

São José do Vale do Rio Preto, 12 de dezembro de 2025.

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO

Pregoeira/Agente de Contratação